

\*\*\**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)*\*\*\*

## **1. Contexto operacional**

A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades, especialmente no setor de papel e celulose. A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são registradas na BM&F Bovespa. A sede social da empresa está localizada na cidade de São Paulo-SP.

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

### **2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 17 de março de 2015.

### **2.2. Normas publicadas ainda não vigentes**

As seguintes normas, interpretações e alterações de normas emitidas pelo IASB e/ou pelo CPC não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: a nova regra contém orientações alteradas sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros, incluindo um novo modelo de provisão para créditos de liquidação duvidosa baseada nas perdas esperadas, além de complementar os novos requisitos gerais de contabilidade de *hedge* publicados em 2013. O IFRS 9 será efetivo para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes: estabelece novas exigências para o reconhecimento de receita de bens e serviços. As entidades deverão aplicar um modelo de cinco etapas para determinar quando reconhecer a receita, e por qual valor. O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. O IFRS 15 será efetivo para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

Não há outras normas, interpretações e/ou alterações de normas que a Companhia espera que possam gerar impacto relevante decorrente da aplicação em suas demonstrações financeiras.

### 3. Descrição das principais práticas contábeis

a) Apuração de resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

b) Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real sendo também sua moeda de apresentação.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

d) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados na demonstração do resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. A Companhia não adota o *hedge accounting* previsto nos CPC's nº 38,39 e 40.

**Ativos financeiros:** São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda: os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como empréstimos e contas a receber, investimentos mantidos até o vencimento ou ativo financeiro pelo valor justo por meio do

resultado. Os ganhos e perdas resultantes de ativo financeiro disponível para venda devem ser reconhecidos como outros resultados abrangentes.

A Companhia não mantém ativos financeiros que seriam classificados na categoria de Empréstimos (concedidos) e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento.

**Passivos Financeiros:** São classificados entre as categorias abaixo, de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

a) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

b) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

e) Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda – calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses. Contribuição social – calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

f) Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

g) Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Outros ativos são reconhecidos somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

h) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor a ser registrado nessas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a análise de recuperação dos valores investidos; o imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos; e a necessidade de provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

i) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa. Os dividendos e os juros sobre capital próprio recebidos pela Companhia são classificados como fluxo de caixa de atividades operacionais.

j) Demonstrações do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia elaborou a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

k) Lucro por ação

Na Companhia, o lucro por ação é apresentado com base no resultado do exercício apurado nas demonstrações financeiras e na média ponderada das ações em circulação durante o exercício.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31.12.14</u>	<u>31.12.13</u>
Aplicações financeiras	<u>297</u>	<u>276</u>
<b>Exercícios findos em</b>		
	<u>31.12.14</u>	<u>31.12.13</u>
Rendimentos das aplicações financeiras	30	25

Os equivalentes de caixa referem-se a aplicações financeiras em certificados de depósito bancário ("CDB") com liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2014, estas aplicações eram remuneradas a taxa média de 100,08 (100,29%, em 31 de dezembro de 2013) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

## 5. Partes relacionadas

A Companhia possui adiantamento para futuro aumento de capital recebido dos acionistas controladores, registrado no passivo não circulante no montante de R\$ 1.458.

A Companhia tem registrado em seu passivo circulante o montante de R\$ 61 em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 19 em 31 de dezembro de 2013, relativo aos dividendos mínimos obrigatórios propostos aos seus acionistas.

A Companhia não remunerou o seu Conselho de Administração e a sua Diretoria nos exercícios de 2014 e 2013, uma vez que a remuneração é suportada por outras sociedades controladas pelos acionistas da Companhia, das quais os administradores integram a Conselho de Administração e/ou a Diretoria.

## 6. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

### *a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social*

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31.12.14	31.12.13
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	235	116
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(80)	(39)
Créditos fiscais não constituídos sobre prejuízo fiscal e base negativa correntes	(16)	(20)
Constituição de créditos sobre prejuízos fiscais limitados a 30% dos impostos diferidos passivos	69	-
Exclusão referente a dividendos recebidos	45	25
	18	(34)
Imposto de renda e contribuição social diferido	18	(34)
Alíquota efetiva	7,66%	29,31%

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial referente ao valor justo dos instrumentos financeiros mantidos para venda

foram calculados pela alíquota de 34% e não transitaram pelo resultado do exercício, e estão apresentados nas demonstrações do resultado abrangente.

***b) Regime tributário de transição (RTT)***

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia optou pela apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o líquido de acordo com o RTT, regime que visa garantir a neutralidade tributária por meio da eliminação dos efeitos contábeis decorrentes da aplicação da Lei 11.638/07 e da MP n° 449/08, convertida na Lei 11.941/09, por meio de registros no LALUR e controles auxiliares.

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei 12.973/14 que tem como objetivo regulamentar de forma permanente os efeitos tributários decorrentes dos ajustes contábeis introduzidos pelas IFRS no país. As disposições previstas na lei têm vigência obrigatória a partir de 2015, com opção de adoção antecipada a partir de 2014 pelos contribuintes. A Companhia não exerceu a opção de adoção antecipada para o ano-calendário 2014.

***c) Imposto de renda e contribuição social diferidos***

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<b>31.12.14</b>	<b>31.12.13</b>
Imposto de renda		
Créditos sobre prejuízos fiscais	<b>797</b>	614
Créditos sobre diferenças temporárias	<b>55</b>	4
	<b>852</b>	618
Contribuição social		
Créditos sobre bases negativas da contribuição social	<b>286</b>	221
Créditos sobre diferenças temporárias	<b>20</b>	1
	<b>306</b>	222
<b>Total ativo</b>	<b>1.158</b>	840
Imposto de renda		
Correção de depósito judicial	<b>171</b>	133
Atualização dos ativos financeiros disponíveis para venda	<b>2.656</b>	2.047
	<b>2.827</b>	2.180
Contribuição social		
Correção de depósito judicial	<b>62</b>	48
Atualização dos ativos financeiros disponíveis para venda	<b>956</b>	736
	<b>1.018</b>	784
<b>Total passivo</b>	<b>3.845</b>	2.964
<b>Total líquido passivo não circulante</b>	<b>2.687</b>	2.124

***d) Prejuízos fiscais e bases negativas a compensar***

Os prejuízos fiscais do imposto de renda e as bases negativas da contribuição social, em 31 de dezembro de 2014, totalizaram R\$ 3.801 e R\$ 6.943 respectivamente (R\$ 3.754 e R\$ 6.896 em 2013).

**7. Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários encontram-se substancialmente representados por ações das empresas Suzano Papel e Celulose S.A e Suzano Holding S.A, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços obtida na data do balanço.

Os eventuais ganhos e perdas são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

	<b>Quant. Ações PN</b>	<b>31.12.14</b>	<b>31.12.13</b>
Suzano Papel e Celulose S.A	643.450	<b>7.239</b>	5.945
Suzano Holding S.A	267.786	<b>6.387</b>	5.246
		<b>13.626</b>	11.191

**8. Instrumentos financeiros**

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, não diferem significativamente, do seu valor justo.

Os títulos e valores mobiliários nas empresas Suzano Papel e Celulose S.A e Suzano Holding S.A. são classificados como disponíveis para venda e são avaliados pelo seu valor justo. No período não ocorreram movimentações de compra e venda desses investimentos.

Para determinação dos valores de mercado de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e líquidos, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos que requeiram divulgações em conformidade com o CPC 38, 39 e 40.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda é obtido através de preço de mercado cotado em mercados ativos.

A comparação entre o valor justo e o valor contábil dos instrumentos financeiros em aberto pode ser assim demonstrada:

	31.12.14		31.12.13	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	297	297	276	276
Ativos financeiros disponíveis para venda	13.626	13.626	11.191	11.191

### Gestão do Capital

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de capital, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

## 9. Contingências

De acordo com a legislação vigente, os livros fiscais da Companhia estão sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais, retroativamente, por períodos variáveis de tempo, com referência aos tributos federais, estaduais, municipais e contribuições trabalhistas.

### **Tributação de ganho de capital na alienação de investimento – Auto de Infração.**

Em dezembro de 2010, a Companhia foi autuada pela Receita Federal, que desconsiderou a redução de capital efetuada em 2007 para entregar aos seus acionistas as ações da Suzano Petroquímica S.A, em seu poder, como forma de viabilizar a alienação de referidas ações diretamente pelos acionistas à Petrobras. A Receita Federal considerou que a venda das Ações SZPQ teria sido feita pela pessoa jurídica. O valor do auto de infração foi de R\$ 3.880. O auto foi integralmente cancelado por decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, que tornou-se definitiva em dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantinha R\$ 2.375 de depósitos judiciais relacionados a este processo (em 31 de dezembro de 2013, o montante era de R\$ 2.223). Com o desfecho favorável do processo administrativo correlato, será oportunamente pleiteado o levantamento dos depósitos.

## 10. Patrimônio líquido

### **Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2014 o capital social da Companhia era de R\$ 3.000, composto de 74.000 ações ordinárias, sem valor nominal, detidas basicamente por pessoas físicas residentes no país. O estatuto social estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma



prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e a formação de uma reserva especial destinada a futuro aumento de capital, no montante de 90% do valor que remanescer após a apropriação da reserva legal e alocação dos dividendos, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O saldo remanescente poderá ser destinado à Reserva Estatutária Especial com a finalidade de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, limitada a 20% do capital.

### ***Ajuste de Avaliação Patrimonial***

Os ganhos e perdas dos investimentos classificados como disponíveis para venda, avaliados pelo seu valor justo, são registrados na rubrica de Outros Resultados Abrangentes.

O declínio significativo ou prolongado no valor justo de investimento no instrumento patrimonial abaixo do seu custo será considerado uma perda no valor recuperável, e consequentemente, reclassificado de outros resultados abrangentes para o resultado do exercício.

### ***Dividendos e juros sobre o capital próprio***

O cálculo dos dividendos propostos pela Administração, sujeito à aprovação na Assembleia Geral Ordinária, está demonstrado abaixo:

Dividendos	<b>31.12.14</b>	<b>31.12.13</b>
Lucro líquido do exercício	<b>253</b>	82
Reserva legal	<b>(12)</b>	(5)
	<b>241</b>	77
Dividendo mínimo obrigatório proposto - 25%	<b>60</b>	19
Dividendos propostos	<b>61</b>	19

## **11. Lucro por ação**

### **a) Básico e diluído**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias.

	<b>31.12.14</b>	<b>31.12.13</b>
Lucro líquido atribuível aos acionistas	<b>253</b>	<b>82</b>
Quantidade média das ações ponderadas no exercício	<b>74.000</b>	74.000
Lucro líquido básico por ação	<b>3,41892</b>	1,10811

-

A Companhia não apresenta ações potenciais que provocariam diluição.

## 12. Resultado financeiro, líquido

	<u>31.12.14</u>	<u>31.12.13</u>
Despesas financeiras		
Despesas com administração de ações	(5)	(5)
Outras despesas financeiras	(1)	-
Receitas financeiras		
Atualizações monetárias	187	144
Rendimentos das aplicações financeiras	<u>30</u>	<u>25</u>
Resultado financeiro líquido	<u>211</u>	<u>164</u>